

# Negociação racional

Um dos mais sugestivos sintomas de que a economia nacional está ingressando nas rotas da estabilização é o valor das reservas em ouro acumuladas no exterior. Graças ao desempenho do comércio externo, o Brasil tem hoje reservas da ordem de US\$ 759 milhões, correspondentes a 64,8 toneladas do metal. Essas disponibilidades ainda estão longe dos níveis alcançados em 1981, que antecederam ao impacto mais forte da crise de liquidez do Sistema Financeiro Internacional. Mas a atuação da política econômica nesse campo, assinalada por crescentes acúmulos de reservas, já está marcada por um êxito incontestável. E que, ao invés de vender US\$ 500 milhões em ouro no mercado internacional, para melhor equilibrar suas contas externas, o País está comprando o metal, aproveitando-se da conjuntura favorável dos preços.

Com tal demonstração financeira, doravante o Brasil se posiciona em situação bastante favorável para negociar sua dívida externa a vencer em 85 e nos três anos seguintes. Os banqueiros internacionais, nossos principais credores, estão à vista de amplos fatores de segurança para dilatar prazos e parcelar valores pendentes de liquidação. Já não há qualquer razão para temer eventual inadimplência, desde que o Governo brasileiro vem cumprindo corretamente os compromissos

assumidos com o Fundo Monetário Internacional, com respeito à amortização da dívida aos prazos de resgate.

Somente em relação à expansão da base financeira, que se mostrou refratária à contenção proposta pelo FMI, e aos freios monetários impostos à inflação, que se revelaram ineficazes, o Brasil não tem correspondido às obrigações pactuadas com esse organismo internacional. O descompasso, contudo, não gera consequências incômodas no plano externo, porque os saldos das exportações, que deverão fechar o ano apresentando desempenho superior a US\$ 12 bilhões, constituem sólida garantia de que o País dispõe de amplas condições para honrar os seus compromissos.

Elevado, pois, a uma condição significativamente forte para dialogar com os seus credores, tanto em razão do desempenho de sua economia quanto pela ampliação de sua faixa de segurança creditícia, o Brasil poderá estabelecer novo cronograma para resgate de obrigações externas. Espera-se que a fórmula, conduzida neste momento pelo Ministro da Fazenda, Ernane Galvão, e pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, consagre uma solução que permita ao País destinar apenas parte dos saldos de sua balança comercial para a amortização da dívida.

E notória a necessidade de o sistema econômico interno

subsidiar-se com tecnologias de ponta procedentes das grandes potências industriais. E é também indispensável a importação de alguns bens de capital, cuja fabricação interna tem sido retardada ora por falta de poupanças, ora por depender de decisões que escapam ao controle do empresário e do Governo brasileiro. Mas ambas as carências não podem deixar de ser supridas, sob pena de submeter o desenvolvimento econômico aos riscos da estagnação. Portanto, o Brasil precisa de volumes consideráveis de divisas externas para financiar sua expansão econômica. E só pode encontrá-las nos saldos em dólares de suas exportações.

Os banqueiros internacionais devem perceber que qualquer negociação que force o Brasil a comprometer os resultados totais de suas exportações na amortização da dívida leva-lo-á, inexoravelmente, à desarticulação de seu sistema econômico. Ocorrendo uma hipótese como esta, o País perderá as condições indispensáveis para competir no mercado internacional com os seus produtos de exportação. E, em consequência, seria privado de reservas cambiais para amortizar a dívida. Logo, a proposta brasileira atende, obviamente, aos interesses nacionais, mas preserva as fontes de liquidez de suas contas externas, cujos principais favorecidos são os credores.